

ENSINO DE HISTÓRIA, RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS E DECOLONIALIDADE:
APROPRIAÇÕES E POSSIBILIDADES
PEDAGÓGICAS

**HISTORY TEACHING, ETHNIC-RACIAL
RELATIONS AND DECOLONIALITY:
APPROPRIATIONS AND PEDAGOGICAL
POSSIBILITIES**


ENSEÑANZA DE HISTORIA, RELACIONES
ÉTNICO-RACIALES Y DECOLONIALIDAD:
APROPIACIONES Y POSIBILIDADES
PEDAGÓGICAS

Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo¹

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória interessada em analisar propostas de ensino de História que abordem a temática das relações étnico-raciais em diálogo com a perspectiva decolonial. O campo teórico da pesquisa se fundamentou no debate proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade. A materialidade de pesquisa foi coletada no banco de dissertações e produtos pedagógicos do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Os resultados de pesquisa evidenciam relações entre a historiografia contemporânea, os estudos decoloniais e as propostas de ensino de História a partir dos referenciais teóricos utilizados nas dissertações analisadas, assim como a partir das escolhas metodológicas para o trabalho pedagógico apresentadas nas dissertações.

Palavras-chave: Ensino de História; decolonialidade; relações étnico-raciais; propostas pedagógicas.

Abstract: The article presents the results of exploratory research interested in analyzing proposals for teaching History that address the theme of ethnic-racial relations in dialogue with the decolonial perspective. The research was based on the debate



proposed by the Modernity/Coloniality Group. The research materiality was collected in the bank of dissertations and pedagogical products of the Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. The research results present relations between contemporary historiography, decolonial studies and the proposals for teaching History from the theoretical references used in the dissertations analyzed, and from the methodological choices for the pedagogical work presented in the dissertations.

Keywords: History teaching; decoloniality; ethnic-racial relations; pedagogical proposals.

Resumen: El artículo presenta los resultados de una investigación exploratoria interesada en analizar propuestas para la enseñanza de la Historia que aborden el tema de las relaciones étnico-raciales en diálogo con la perspectiva decolonial. El campo teórico de la investigación se basó en el debate propuesto por el Grupo Modernidad/Colonialidad. La materialidad de la investigación fue recolectada en el banco de disertaciones y productos pedagógicos de lo Mestrado Profesional em Ensino de História – ProfHistória. Los resultados de la investigación muestran relaciones entre historiografía contemporánea, estudios decoloniales y propuestas de enseñanza de la Historia a partir de los referentes teóricos utilizados en las disertaciones analizadas, así como de las opciones metodológicas para el trabajo pedagógico presentadas en las disertaciones.

Palabras clave: Enseñanza de la historia; decolonialidad; relaciones étnico-raciales; propuestas pedagógicas.

Introdução

“Para que estudar o que já passou?”. É bem provável que professores e professoras de História já tenham ouvido essa pergunta em alguma classe da Educação Básica. Crianças e adolescentes costumam questionar a importância do conhecimento histórico, o que nos leva a refletir sobre a relação desse campo com a vida prática, sobre como ele pode orientar as experiências do hoje em dia. Essa interpelação das crianças e adolescentes parece anunciar a necessidade de um ensino de História significativo, capaz de abordar o passado que continua pulsante no cotidiano, na vida das pessoas, nas organizações sociais, nas práticas culturais.

O tempo presente tem apresentado a urgência de um ensino de História que, ao retomar *o que já passou*, seja capaz de oferecer ferramentas analíticas para a vida cidadã, para a vida democrática, para a leitura crítica e problematizadora do nosso passado. Ferramentas analíticas que cooperem para a leitura de processos históricos que se materializam na contemporânea forma de genocídio do povo Yanomami²; nos assassinatos de jovens negros e periféricos; nos conflitos que levam às guerras em curso; nas mudanças de governo e políticas financeiras que afetam a América Latina; na naturalização dos discursos neoliberais; nas tantas outras pautas, causas e fatos que nos atravessam cotidianamente.

Quando falamos de Brasil, de modo especial, o tempo presente demanda um ensino de História que desenvolva habilidades de problematização, criticidade e leitura do racismo estrutural que se manifesta nas diversas relações sociais. É nesse sentido que compreendemos a importância de um ensino de História comprometido com a leitura crítica e problematizadora das relações étnico-raciais que conformam o nosso país. Um ensino de História que, como experiência, desvele as estruturas históricas que produzem a hierarquia de uns sobre os outros com base na ideia de raça.

Nesse ponto anunciamos nossa aposta no debate decolonial³ como uma possibilidade de leitura crítica e problematizadora do nosso passado histórico e de seus efeitos no presente. A perspectiva decolonial fundamenta um movimento de resistência ao eurocentrismo hegemônico, movimento que, na América Latina, tem sido materializado na valorização da história e na cultura dos povos desse continente, entre outras formas. O debate decolonial tem convidado o ensino de História à produção de narrativas a contrapelo daquelas que procuraram apagar a história e a cultura do povo negro, do povo indígena, dos subalternos e dos periféricos (Pereira; Paim, 2018).

A partir dessa perspectiva, entendemos as contribuições deste trabalho para o campo do ensino de História. Sobretudo, quando buscamos problematizar e propor reflexões acerca de uma educação para as “margens, beiras, bordas e fronteiras”, espaços nos quais sujeitos periféricos e racializados se encontram alijados das

narrativas hegemônicas.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória interessada em analisar propostas de ensino de História na Educação Básica que abordem a temática das relações étnico-raciais em diálogo com a perspectiva decolonial. O campo teórico da pesquisa se fundamentou no debate proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade⁴, especificamente em diálogo com os trabalhos de Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2017) e Catherine Walsh (2019). Procuramos mapear propostas pedagógicas e evidenciar os fundamentos teóricos e metodológicos que, em uma perspectiva decolonial, têm orientado o debate acerca da temática étnico-racial nas propostas de ensino de História. Além disso, buscamos apresentar possibilidades de ensino de História em uma perspectiva não eurocentrada, a fim de compreender as relações entre a historiografia contemporânea, o campo de estudos decoloniais e as propostas de ensino de História na Educação Básica.

Coletamos materialidade para a pesquisa no banco de dissertações e produtos pedagógicos do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória⁵. O ProfHistória é um programa de pós-graduação *stricto sensu* coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 2014. É composto por trinta e nove instituições de ensino superior, espalhadas pelas cinco regiões do país. O programa é destinado exclusivamente para o ensino de História, mas admite, além de professores graduados em História, professores pedagogos e demais licenciados que atuem como docentes na rede pública em qualquer ano da Educação Básica, desde que lecionem a disciplina História.

Compreendemos a relevância de coletar materialidade para a pesquisa a partir do banco de dissertações e produtos pedagógicos do ProfHistória, uma vez que o programa busca sedimentar e ampliar as pesquisas no campo do ensino de História (Cerezer, 2021). Tomamos as dissertações e produtos pedagógicos defendidos no ProfHistória como documentos produzidos a partir de um programa de formação continuada para docentes, que apresenta em sua essência a estrita relação teoria e prática. Trata-se, portanto, de uma materialidade constituída a partir das reflexões teóricas em diálogo com o trabalho docente, com a sala de aula, com os temas e objetos do ensino de História.

A análise de conteúdo das dissertações analisadas procurou responder a algumas questões exploratórias, do tipo: como o campo do ensino de História tem pensado e proposto práticas pedagógicas em perspectiva decolonial? Nas estratégias de ensino, como o pensamento decolonial tem sido acionado para a compressão histórica do que acontece no presente? Afinal, quais experiências estão sendo desenvolvidas?

O debate decolonial e as dissertações do ProfHistória

A partir do campo dos estudos decoloniais, Aníbal Quijano (2005) é um dos autores que traça as especificidades dos processos de colonização e colonialidade, destacando como a primeira demarca a chamada modernidade europeia; e a colonialidade como padrão de poder estabelecido com bases hierárquicas. Para o autor, esse padrão de poder se estabelece no momento da colonização e se estende à atualidade funcionando de duas maneiras: na “(...) codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça” e na “(...) a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 117).

Para Quijano (2005), a colonialidade enquanto “padrão de poder mundial” estabeleceu determinados saberes, epistemologias, subjetividades como uma forma de sistema mundo hegemônica, que se dá a partir da dominação, do apagamento e da invisibilização dos povos não-europeus, dos colonizados, daqueles nomeados como o “outro”. A modernidade situa o europeu como polo central (Estado moderno, cultura, religião), a partir do qual constitui binarismos: o primitivo e o civilizado, a razão e a natureza; o moderno e o atrasado; a alma e o corpo. Entre esses binarismos, a ideia de raça funciona como dispositivo que configura os povos não-europeus como inferiores.

Junto a essa hierarquização entre os povos e culturas, o eurocentrismo produz “(...) uma perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (Quijano, 2005, p. 126). Nesse ponto, é importante considerarmos que essa hegemonia historicamente tem composto os currículos escolares, definindo como e o que deve ser ensinado e tomado como verdadeiro no discurso pedagógico. Entendemos que, à contrapelo dessa hegemonia, o ensino de História deve ser convidado a pensar em possibilidades de ensinar e construir o pensamento histórico a partir de outras narrativas, de outros protagonistas, de um currículo não colonizado.

Walter Mignolo (2017, p. 5) dialoga com Quijano, considerando como a colonialidade funciona a partir do “controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”. Um dos eixos centrais dos estudos produzidos por Mignolo é a análise de como o ocidente tem sido orientado pela ideia de globalização. Em suas palavras, “a globalização tem dois lados: o da narrativa da modernidade e o da lógica da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 3). Nesse sentido, o autor (Mignolo, 2017) considera como o chamado mundo globalizado traz em sua constituição uma hierarquização de pessoas que, na prática, funciona a partir da definição de quais vidas valem mais.

Sobretudo, os estudos de Mignolo apresentam a perspectiva descolonial⁶ como um

caminho de resistência à noção homogeneizante de globalização, ao predomínio da lógica de mercado neoliberal. Nas palavras do autor,

[...] estou presenciando muitas organizações transnacionais não oficiais (em vez de não governamentais) se manifestando não apenas “contra” o capitalismo e a globalização, e questionando a modernidade, mas também abrindo horizontes globais, embora não capitalistas, e se desvinculando da ideia de que há uma modernidade única e primaria cercada por outras periféricas ou alternativas (Mignolo, 2017, p. 3),

Assim como Mignolo, Catherine Walsh (2019) é uma pesquisadora que busca formas de enfrentamento ao pensamento hegemônico, em uma perspectiva analítica da colonialidade do poder. A autora se interessa pela análise de movimentos de resistência que, a partir de suas práticas, ofereçam alternativas ao capitalismo e, especialmente, ao neoliberalismo (Walsh, 2019).

Um dos objetos de análise de Walsh (2019) é o movimento indígena equatoriano, definido por ela como uma forma de luta e organização baseada no conceito de interculturalidade (indígena-banco-mestiço). Esse movimento indígena parte da perspectiva da diferença colonial e constitui o conceito de interculturalidade a partir de uma enunciação própria, a partir de sua voz. O movimento indígena busca reivindicar espaços sociais, políticos e epistêmicos até então negados ou interditados a eles, de modo a recontextualizar tais espaços, desvelando a classificação étnico-racial e a dominação estrutural. Walsh (2019) analisa esse movimento como uma práxis política decolonial. Na leitura da autora, a interculturalidade enunciada a partir do movimento indígena boliviano

[...] aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política (Walsh, 2019, p. 9).

Ao analisar a prática de interculturalidade do movimento indígena equatoriano, Walsh (2019) oferece uma importante consideração para o campo da educação que é a diferença que se dá na constituição de uma prática política intercultural, nascida a partir da enunciação indígena, das noções de multi ou pluriculturalidade que têm sido incorporadas pelos Estados. A autora elucida que, nas últimas décadas, essas noções atenderam aos interesses hegemônicos dos Estados ao comporem reformas educacionais em países latino-americanos. Em muitas dessas reformas, a inclusão de temas que envolvem a multi ou a pluriculturalidade significaram “um pouco menos que as mínimas (e frequentemente estereotipadas) considerações rumo à “diversidade

étnica”” (Walsh, 2019, p. 21).

Walsh (2019) avalia que as reformas educacionais com características como essas são sinônimas do que ela chama de “multiculturalismo neoliberal”. Para a autora, assim como acontece na lógica do mercado⁷, a inserção das temáticas étnico-raciais nos programas escolares procura responder às demandas levantadas pela sociedade civil – a medida em que se reconhece o caráter plural que compõe tais sociedades – mas, ao mesmo tempo, essas temáticas passam a compor os programas escolares esvaziadas “de sua oposição política, ética e epistêmica” (Walsh, 2019, p. 24). Em outras palavras, uma educação que atende ao “multiculturalismo neoliberal” não está interessada na efetiva transformação dos sistemas de pensamento.

Nesses termos, entendemos a relevância de que as práticas de ensino de História, ao abordar a temática das relações étnico-raciais, sejam experiências significativas de aprendizagem, para que possam transformar os sistemas de pensamento. A partir de Jorge Larrosa Bondía (2002), acreditamos na importância de que o ensino de História se constitua como saber da experiência, como acontecimento singular que se dá na relação entre o conhecimento e a vida vivida. Para tanto, o giro decolonial pode oferecer ferramentas teórico-metodológicas, na medida em que se ocupa com histórias, narrativas e sujeitos que não estão representados na historiografia tradicional. Perspectiva que também se aproxima de Walter Benjamin (1983), quando o autor considera a necessidade de a História se ocupar com os “silenciados” pelas narrativas oficiais. O pensamento decolonial demanda um ensino de História que, como experiência, considere as relações entre o processo de colonização e as formas de organização do sistema-mundo contemporâneo: o capitalismo, o racismo, o patriarcalismo, assim como os modos de resistência à colonialidade.

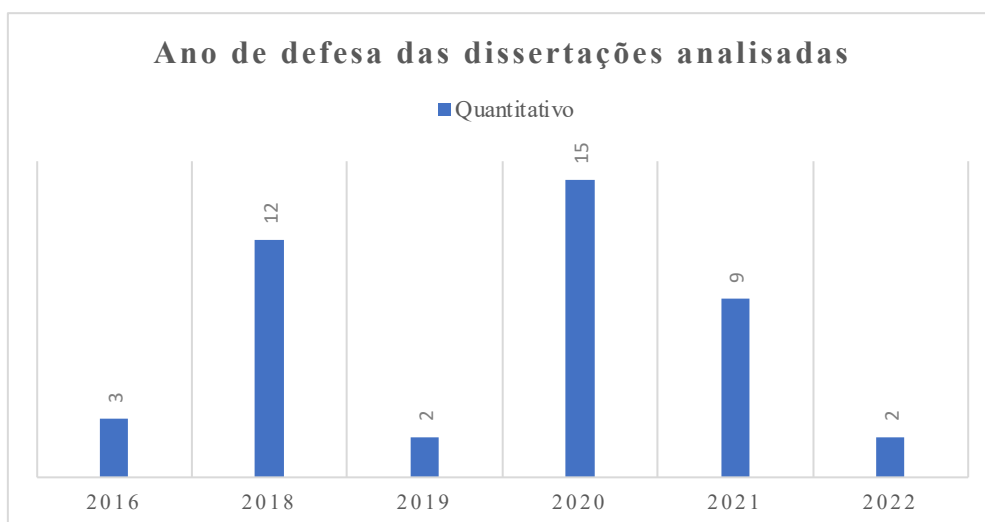
A partir desse campo teórico, o intuito da pesquisa foi evidenciar os fundamentos teóricos e metodológicos que, em uma perspectiva decolonial, têm orientado o debate acerca da temática étnico-racial nas propostas de ensino de História. Um dos objetivos do estudo foi mapear tais propostas pedagógicas, a partir das dissertações defendidas no ProfHistória.

A princípio, é preciso dizer que o ProfHistória possui um banco de dados que no momento da coleta, julho de 2023, contava com cerca de 897 dissertações, defendidas no período de 2016 a 2022. Dado o volume da materialidade, a primeira fase de análise foi a seleção de dissertações a partir de palavras-chave. Para tanto, utilizamos os termos “decolonial(is)”, “descolonial(is)”, “antirracista”, “étnico-racial(is)”, “indígena”, a fim de localizar dissertações que potencialmente atendessem aos interesses de pesquisa. Essa busca localizou um total de 93 trabalhos, sendo que, destes, 43 efetivamente abordavam a temática das relações étnico-raciais em uma perspectiva decolonial.

Entre as 43 dissertações selecionadas, podemos observar um maior número de

trabalhos defendidos no ano de 2020. No entanto, o gráfico a seguir apresenta uma oscilação da temática das relações étnico-raciais em perspectiva decolonial ao longo do histórico de defesas do ProfHistória. Esse dado parece indicar que se trata de uma temática visitada, mas sem indícios de ascensão entre os pesquisadores.

Gráfico 1: Ano de defesa das dissertações analisadas



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro levantamento que chama atenção se refere à instituição universitária onde os trabalhos selecionados foram defendidos. Nesse caso, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se destaca com 8 trabalhos, como apresentado no gráfico a seguir. Esses 8 trabalhos tomaram como viés a educação antirracista em perspectiva decolonial, abordando temáticas/ assuntos do tipo: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na construção de uma educação antirracista e decolonial na Educação Infantil (Souza, 2018); trabalho com o que é lembrado e o que se tornou esquecimento referente a temática indígena (Marins, 2020); elaboração de sequência didática envolvendo o uso de recursos como músicas, roteiro urbano e fontes literárias de autores negros (Mota, 2020); memórias de grupos historicamente subalternizados (Maia, 2021); a invisibilização das mulheres negras nos livros didáticos (Andrade, 2021); proposta de alternativas para a superação de uma história eurocêntrica, oferecendo as ferramentas necessárias no combate ao racismo (Militão, 2021); análise de como os cursos de Cultura e Mitologia Yorubá contribuíram na formação continuada dos professores para os quais os cursos foram oferecidos (Baptista, 2021); a Pequena África® como um patrimônio contra hegemônico, de resistência da memória afrodescendente brasileira (Araripe, 2022).

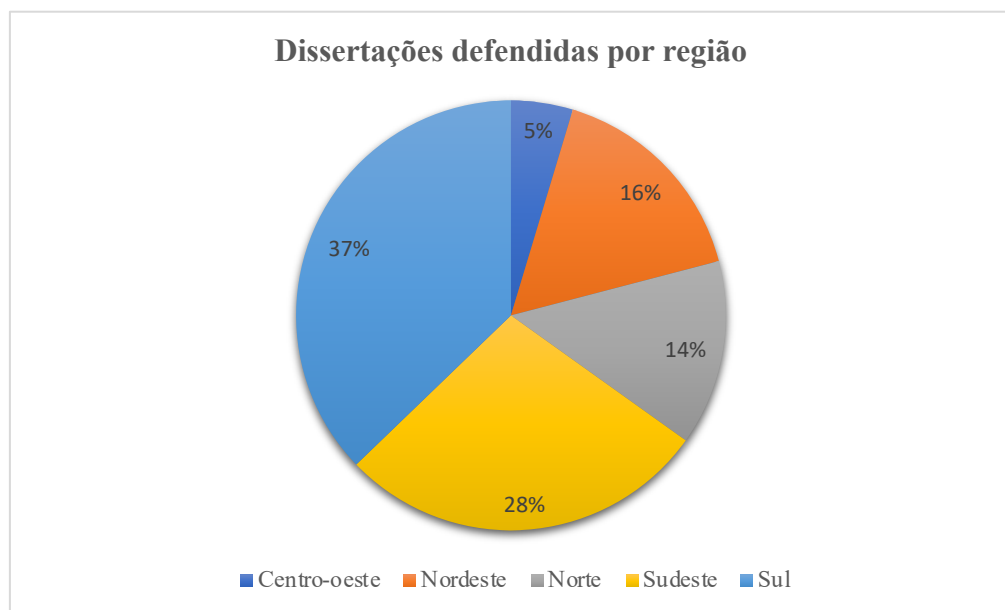
Tabela 1: Quantitativo de trabalhos analisados por região e instituição universitária

Região	Universidade de defesa	Sigla	Quantitativo de trabalhos
Centro-oeste	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	1
	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	1
Norte	Universidade Federal do Pará	UFPA	4
	Universidade Federal do Tocantins	UFT	2
Nordeste	Universidade do Estado da Bahia	UNEB	2
	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	2
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1
	Universidade Regional do Cariri	URCA	2
Sudeste	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	1
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	8
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	2
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	1
Sul	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	6
	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	1
	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	4
	Universidade Federal do Paraná	UFPR	1
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	4
Total de trabalhos analisados:			43

Fonte: Elaborada pela autora.

O levantamento das universidades onde as dissertações analisadas foram defendidas indica a presença do trabalho com a temática das relações étnico-raciais em perspectiva decolonial nas cinco regiões do país. Entretanto, quando analisamos o quantitativo de trabalhos por região, encontramos a seguinte configuração:

Gráfico 2: Dissertações defendidas por região

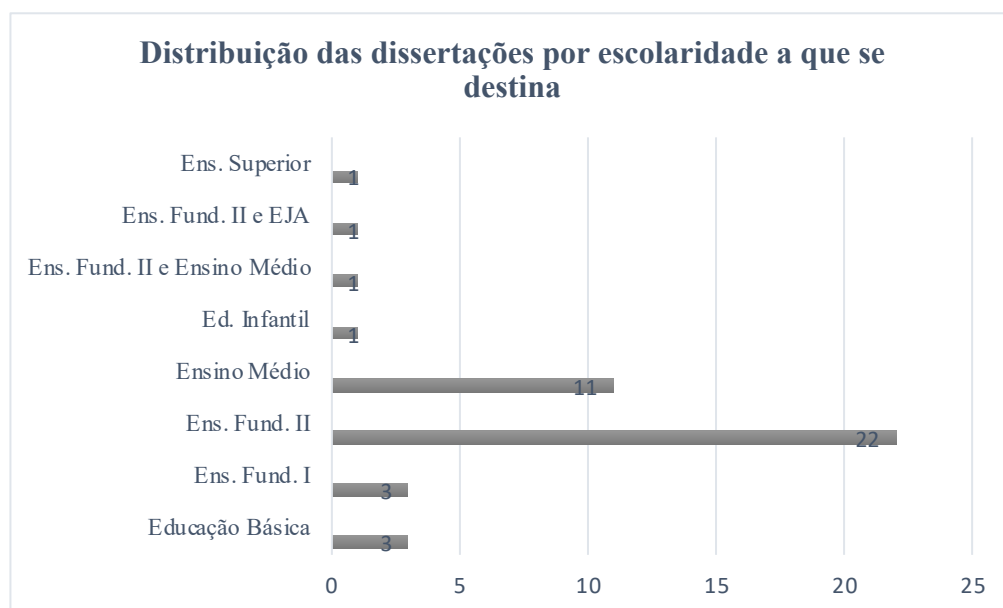


Fonte: Elaborado pela autora.

O dado encontrado indica a expressiva maioria de trabalhos analisados defendidos nas regiões sul e sudeste. Esse fato pode se referir a uma histórica tendência de produção científica no país ainda concentrada nesse eixo regional, mas também pode indicar uma maior concentração de grupos de estudos e pesquisas sobre o pensamento decolonial nessas regiões. De qualquer forma, é importante endossar que o dado de pesquisa acerca da presença mais efetiva da temática nas regiões sul e sudeste se opõe aos índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [2023]), quando se trata da distribuição por cor ou raça da população brasileira, uma vez que encontramos uma maior concentração de população autodeclarada branca nessas regiões do país.

Em relação a fase de escolarização tomada como objeto de problematização das dissertações selecionadas, encontramos o seguinte dado:

Gráfico 3: Distribuição das dissertações por escolaridade a que se destina



Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos que, entre os 43 trabalhos selecionados, um total de 24 se direcionavam ao Ensino Fundamental II, 12 para o Ensino Médio e 3 adotaram a indicação geral “Educação Básica”. Esses trabalhos representam 88% das dissertações selecionadas, o que endossa o foco do ProfHistória na prática docente do professor historiador, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Por outro lado, evidencia a ausência de trabalhos relacionados a temática das relações étnico-raciais em perspectiva decolonial direcionados ao Ensino Fundamental I, uma vez que apenas 3 trabalhos propuseram algum debate acerca dessa fase de escolarização.

Sabemos que esse dado se refere a natureza do banco de dados consultado, o ProfHistória é um programa de mestrado voltado à professores em atuação com a disciplina de História na Educação Básica, o que justifica, em grande parte, a centralidade das pesquisas direcionadas ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio, campo de atuação dos licenciados em História. Entretanto, o critério de ingresso ao ProfHistória também possibilita a matrícula de docentes pedagogos, em atuação com a disciplina História nos anos iniciais. A pequena presença desses profissionais no programa nos leva a considerar o espaço ainda restrito de pesquisas sobre o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esse dado aponta para um campo do ensino de História que requisita atenção. Como citado por Dorotéo (2016), o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental apresenta desafios do tipo mudanças metodológicas e historiográficas no saber de referência; docentes sem formação específica em História; público infantil, com necessidades específicas; além das inúmeras dificuldades pedagógicas e estruturais que atravessam as escolas públicas. Esses desafios indicam, entre outras medidas, a necessidade de formação continuada tendo como foco o ensino de História para a primeira fase do Ensino Fundamental, o que ainda parece acontecer de maneira incipiente.

Além disso, em contraponto ao pequeno número de estudos, está a necessidade de desmistificar a ideia de que os anos iniciais é um período restrito ao domínio das práticas de leitura, escrita e cálculos básicos, abrindo espaço para as práticas interdisciplinares que considerem os amplos campos do conhecimento. Acreditamos que as relações entre a historiografia contemporânea e os estudos decoloniais podem estar presentes nas práticas de ensino de História, conformando os objetos de estudo desde os primeiros anos de escolarização, a partir de abordagens teórico-metodológicas adequadas a cada faixa etária. Para tanto, reafirmamos a necessária formação continuada dos professores e professoras que atuam nas primeiras etapas de escolarização.

Outro objetivo de pesquisa foi evidenciar os fundamentos teóricos e metodológicos que, em uma perspectiva decolonial, têm orientado o debate acerca da temática étnico-racial nas propostas de ensino de História a partir das dissertações defendidas no ProfHistória. Sobre essa questão, os trabalhos analisados indicam uma apropriação do campo de estudos decoloniais, a partir de autores como Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Boaventura de Sousa Santos, Achille Mbembe, Kabengele Munanga; além da brasileira Vera Candau. Esses autores são citados recorrentemente no arcabouço teórico dos trabalhos, em um diversificado leque de publicações de cada um deles. Esses autores têm em comum o fato de produzirem reflexões pautadas na denúncia da colonialidade como uma forma de poder mundial instituída por meio da dominação,

do apagamento e da invisibilização de povos e culturas não europeus.

Também é importante destacar a recorrência da citação de autores como Aimé Césaire (1913-2008), Frantz Fanon (1925-1961) e Lélia Gonzalez (1935-1994), entre outros autores que produziram reflexões sobre os efeitos do colonialismo e sobre aquilo que é próprio da América Latina. Tais autores têm sido revisitados por muitos trabalhos que, na contemporaneidade, estão interessados em produzir diálogos com o campo de estudos decoloniais, principalmente quando estão em busca de fundamentos e elementos de crítica e questionamento às bases coloniais.

Além disso, as dissertações analisadas indicam uma outra apropriação teórica dos estudos decoloniais: a citação de autores indígenas e africanos. Podemos citar como exemplo o trabalho de Regiane Lima (2018), intitulado “Múltiplos olhares no Ensino da temática Indígena: História e cultura Guarani na educação básica”, defendido no ProfHistória ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Nesse estudo, as discussões teóricas trazem as contribuições de autores indígenas como Ailton Krenak (1999), Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), Maria Aparecida Bergamaschi (2012) e Casé Angatu e Carlos Santos (2015). Ou ainda a dissertação de Adileide Cruz (2020), “Ensino de História indígena e identidade: quebrando estereótipos através da elaboração de jogos sobre os Iaklãnõ-xokleng”, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nessa pesquisa, além da referência a trabalhos de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) e Maria Aparecida Bergamaschi (2012), a autora cita Carli Caxias Popó (2015) e Ana Roberta Uglô Patté (2015) autores graduados no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da UFSC.

O mesmo movimento é percebido em dissertações que trabalham com temáticas relacionadas a África ou afro-brasileiras. É o caso do trabalho de Bruno Zilloto (2016) “Provocações crônicas: a construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas”, defendido na UDESC. O autor utiliza como arco teórico autores do campo dos estudos da decolonialidade em diálogo com autores africanos, como o pesquisador de Gana Kofi Asare Opoku (1991); Donato N’Dongo (2013) de Guiné Equatorial; World Bank, Africa Region, Knowledge And Learning Group (2004) da Tanzânia; Hama; Ki-Zerbo (1982) do Níger; Joseph Ki-Zerbo (1982) de Burkina Faso; Chinua Achebe (2012) da Nigéria; o anglo-ganês Kwame Anthony Appiah (1997); e os congoleses Valentin Yves Mudimbe (2013) e Elikia M’Bokolo (2009). Ou ainda a dissertação de Átila Silva Sena Guimarães (2018), “Canto negro: As músicas do bloco Afro Ilê Aiyê para inclusão da história e cultura africana no currículo escolar”, defendida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na qual o autor também cita o pensador anglo-ganês Kwame Anthony Appiah (1997) e o congolês Kazadiwa wa Mukuna (2000). Também a dissertação de Julia Fernandes (2020), “O Jornal quilombo e a representação da identidade afirmativa da mulher negra: uma proposta paradigmática no Ensino de História”, defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesse

trabalho, a autora toma como referência a pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2002) para tratar da religiosidade africana.

Sobre a temática africana e afro-brasileira, observamos ainda a recorrente citação de trabalhos de autoras contemporâneas como Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, bell hooks, Chimamanda Adichie e Djamila Ribeiro. Sobretudo, o diálogo entre o pensamento decolonial e o construto teórico dessas autoras fundamentou dissertações cujo enfoque foi as relações de gênero, principalmente relacionado às mulheres negras, ao protagonismo feminino negro e ao feminismo negro. Como exemplo, podemos citar a dissertação de Tathiana Cassiano (2020) “Vai haver outra guerra, a guerra das mulheres: o protagonismo das mulheres Igbos na escrita literária de Flora Nwapa (Nigéria 1960)”, defendida na UDESC; e o trabalho de Ana Carolina Andrade (2021), “A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos de História: desafios para uma pedagogia decolonial”, defendido na UERJ.

Assim, podemos considerar que a utilização de autores indígenas, negros e africanos indica uma aproximação com o debate decolonial, na medida em que esse campo de estudos propõe que uma das formas de desafiar as estruturas coloniais que balizam o conhecimento científico é tomar como referência a produção de sujeitos que não falam a partir das bases eurocêntricas. A perspectiva decolonial denuncia como o pensamento eurocentrado confere para si o domínio da razão e da ciência, uma vez que considera os saberes, os modos de vida e as diversas formas de espiritualidade dos povos colonizados como míticos, atrasados, não civilizados. Os autores e as autoras que falam a partir de bases não eurocentradas têm colocado em questão tal concepção hegemônica de ciência.

Possibilidades de ensino de História em uma perspectiva não eurocentrada

Um dos interesses de pesquisa é evidenciar possibilidades de ensino de História em uma perspectiva não eurocentrada, a partir das propostas e experiências de ensino apresentadas em dissertações defendidas no ProfHistória. Nas dissertações analisadas, encontramos temáticas de ensino do tipo: História indígena, História da África, questões de gênero (sobretudo acerca das mulheres negras, do protagonismo feminino, do feminismo negro), identidades; mas também conteúdos específicos relacionados à educação patrimonial, à História do lugar, entre outros. Para fins de catalogação, agrupamos as temáticas de trabalho com conteúdos e objetos do ensino de História da seguinte maneira:

Tabela 2: Temáticas de trabalho das dissertações analisadas

Temáticas das dissertações	Quantitativo de dissertações
Africanos, afrodescendentes: história do lugar e resistências.	5
Cultura africana e afro-brasileira.	2

Aplicação e experiências docentes a partir das leis 10639/03 e 11645/08.	4
Relações étnico-raciais, história, memória e experiências.	3
Relações étnico-raciais e branquitude.	1
Questões de gênero e raça.	5
Educação antirracista.	5
Identidade, pertencimento, reconhecimento étnico-racial.	3
Religiosidades afro-brasileiras.	2
Literatura africana e protagonismo feminino.	1
História local, lugares de memória, patrimônio, comunidades.	3
História e Cultura dos povos indígenas.	7
Representatividade dos grupos periféricos em materiais didáticos.	1
Movimentos de migração.	1
Total de trabalhos analisados:	43

Fonte: Elaborada pela autora.

As temáticas de ensino encontradas enfatizam uma relação com a História Cultural, com a micro história, com o local e com o particular. Tal ênfase está em consonância com as mudanças do fazer historiográfico no Brasil, que aconteceram paulatinamente a partir das décadas de 1980/90. Contexto em que a História Cultural emerge, em grande parte, a partir da aproximação da História com a Antropologia e a Sociologia. Essa aproximação alargou as fronteiras do conhecimento histórico, multiplicando os objetos e os problemas de pesquisa (Barros, 2009).

Na contemporaneidade, compreendemos que a perspectiva decolonial contribui com as práticas do fazer historiográfico no sentido de construir a crítica e, ao mesmo tempo, dar visibilidade aos sujeitos apagados, silenciados, excluídos pela História tradicional. Nessa perspectiva, a História precisa ser construída a partir de fontes diversas, como a iconografia, a literatura, os relatos orais, as práticas culturais, os lugares de memória, entre outros. De modo especial, com a História narrada a partir dos relatos orais, as memórias – plurais, incoerentes, movediças, indomáveis – tem evidenciado diversas experiências vividas, junto a interpelações discursivas individuais e coletivas sobre os processos históricos. O uso da memória e da oralidade como ferramentas teórico-metodológicas da História favorece o desenvolvimento de inúmeras possibilidades de ensino em uma perspectiva não eurocentrada, possibilidades de contar outras histórias em diálogo com o pensamento decolonial, como as encontradas nas dissertações analisadas.

O movimento historiográfico de amplitude de fontes e objetos de estudo também favorece a ampliação dos temas e metodologias de ensino. No quadro a seguir, apresentamos as estratégias didáticas utilizadas nos produtos pedagógicos das dissertações analisadas:

Tabela 3: Tipo de produto pedagógico proposto pelas dissertações

Produto pedagógico proposto pelas dissertações	Quantitativo de dissertações
Curso de formação	4

Análises de entrevista	2
Documentário	1
Livros paradidáticos	10
Oficinas	7
Cartografia / roteiro de visita	2
Análise de livro didático	1
Jogos didáticos	4
Sequências didáticas	6
Elaboração de projetos interdisciplinares	2
Blogs / websites	3
Exposição	1
Total de trabalhos analisados:	43

Fonte: Elaborada pela autora.

Não podemos deixar de observar que, entre os produtos pedagógicos propostos pelas dissertações analisadas, destaca-se a elaboração de livros paradidáticos, que aparecem nos trabalhos com diversas nomenclaturas, do tipo: cartilha, cadernos de atividades, caderno de leitura, material didático. A proposta de sequências didáticas também é relevante e se remete a planos de trabalho de intervenção a partir das temáticas das pesquisas. Livros paradidáticos e sequências didáticas aludem a metodologias de ensino estabelecidas pela cultura escolar no ensino de História: aulas expositivas, práticas de leitura e escrita. Além disso, cursos de formação aparecem como resposta à necessária formação continuada de professores; mas também como proposta de formação em temáticas específicas para os estudantes, dado que, em muitos casos, são temáticas que não têm espaço nas grades curriculares tradicionais.

A proposta de trabalho com oficinas merece destaque em nossa análise, uma vez que aparece nas dissertações com metodologias diversificadas, muitas em busca de colocar o sujeito estudante no centro do processo ensino e aprendizagem. Como exemplo, podemos citar as dissertações de Josiane Souza (2018) e Karla Vieira (2016), onde a proposta de oficinas prevê o desenvolvimento de atividades do tipo produção do livro de memórias locais e construção de cadernos de memórias. Em interlocução com a perspectiva decolonial, tais propostas procuraram explorar a história local, de modo a visibilizar a trajetória de sujeitos racializados, então excluídos das narrativas tradicionais. Com essas práticas, compreendemos a apropriação do pensamento decolonial no ensino de História, por meio da construção de experiências pedagógicas que se propõem a resgatar o passado de grupos invisibilizados e estão implicadas com a reconstrução de memórias.

Também merece destaque as propostas de uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) entre as dissertações pesquisadas. Em muitos casos, o uso das TDICs compôs a elaboração dos produtos pedagógicos por meio de ferramentas do tipo: disponibilização em formato *e-book* de alguns dos livros paradidáticos produzidos; propostas de jogos didáticos no formato digital, o que faz alusão a ludicidade e as estratégias de gamificação; além das propostas de criação

de *websites* e *blogs*, como espaço de disponibilização da materialidade pesquisada e desenvolvida no ProfHistória.

A dissertação de Eliete Araújo (2020), cujo produto pedagógico foi a elaboração de oficina de leitura e interpretação de *memes*⁹ em diálogo com as questões raciais, apresenta uma outra proposta de apropriação das TDICs. Nesse trabalho, as tecnologias digitais aparecem como objeto de estudo e não apenas como ferramenta de uso. Essa proposta vai ao encontro da necessidade de que os currículos escolares considerem as TDICs como constituintes do mundo contemporâneo. Nas palavras de Loureiro e Veiga-Neto (2022, p. 3-4),

[...] em um mundo digitalmente conectado, é fundamental que a escola se constitua um espaço e um tempo privilegiados para educar e formar os estudantes a fim de que eles habitem este mundo, em que as formas de ser e de estar estão condicionadas ao uso responsável das tecnologias digitais de comunicação. Essa percepção não descarta a potencialidade das tecnologias digitais de comunicação. Ao contrário, elas são compreendidas como integrantes do processo de educação escolarizada e não apenas como ferramentas para o ensino e a aprendizagem de conteúdos.

Em diálogo com Loureiro e Veiga-Neto (2022), entendemos que, ao propor, elaborar, colocar em prática propostas de ensino de História em uma perspectiva não eurocentrada é preciso considerar as demandas do tempo presente. Uma importante característica do presente, que não pode ser negligenciada pelo ensino de História, é o uso intensivo do ambiente virtual, das redes sociais. Na última década, acompanhamos o crescimento das redes sociais digitais como espaço de articulação de diversos movimentos. É o que podemos ver com o movimento feminista negro e decolonial que tem ganhado espaço entre os debates que circulam nas mídias digitais; ou mesmo com as pautas que envolvem as sexualidades, os movimentos pelo meio ambiente, camponeses, de ressurgência indígena, das questões raciais em geral, entre outros. Como exemplo, podemos citar o movimento antirracista que tomou as redes sociais e as ruas entre maio e junho de 2020¹⁰.

Ao mesmo tempo, sabemos que as mesmas mídias sociais, então utilizadas para a capilaridade desses movimentos, também são espaços de circulação / produção / consumo de discursos e movimentos retrógrados, discriminatórios, de manutenção do *status quo*. Além de sabermos que o ambiente virtual é um espaço que está à serviço do capital, do mercado, da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Nesse cenário, compreendemos a importância de que o ensino de História, ao abordar uma perspectiva decolonial, considere as TDICs em seu amplo espectro, não apenas como ferramentas, mas enquanto objeto de estudo que precisa ser inquerido a partir de análises críticas, reflexivas e problematizadoras.

Algumas considerações

A pesquisa exploratória no banco de dissertações do ProfHistória nos permitiu traçar algumas observações iniciais acerca das relações entre a historiografia contemporânea, o campo de estudos decoloniais e as propostas de ensino de História na Educação Básica.

Sobre as relações entre a historiografia contemporânea, o campo de estudos decoloniais e as propostas de ensino nas dissertações analisadas, encontramos a citação de autores indígenas e africanos como referências importantes na construção teórica e metodológica de alguns trabalhos. Entendemos que a apropriação desses autores, ou ainda, a circulação de suas obras e o conhecimento de suas pesquisas pelo público brasileiro, pode estar relacionado ao campo de estudos decoloniais, a partir das críticas aventadas nesse campo sobre a construção da ciência. O pensamento decolonial tem convocado a ciência à escuta de outros sujeitos, e isso remete a uma busca por referências teóricas não eurocentradas.

Também verificamos, entre as propostas de ensino das dissertações analisadas, temáticas para o trabalho com as questões étnico-raciais abordadas em estratégias que tinham como foco a história de sujeitos até então silenciados. Isso pode ser visto nas propostas que buscaram dar centralidade às práticas culturais indígenas, africanas, afrodescendentes, por meio de metodologias como a história oral e os lugares de memória. Em outras palavras, é possível dizer que o diálogo entre os estudos decoloniais e a historiografia contemporânea tem provocado o campo do ensino de História a pensar em práticas de ensino que partem do experienciado pelos estudantes e seus ancestrais, assim como dos lugares de memória locais.

Sobretudo, está posto o convite para práticas pedagógicas de ensino de História interessadas no reconhecimento, na valorização e na representatividade das diferenças. Esse convite tem demandado uma diversidade de temas, fontes, objetos de pesquisa e metodologias, que vão além da centralidade da disciplina História na oralidade do professor, nas práticas de leitura e escrita.

Entre as estratégias de ensino propostas pelas dissertações analisadas, observamos uma tendência de inserção das tecnologias digitais no ensino de História. Sobre essa questão, é preciso destacar que a grande maioria dos trabalhos que propuseram essa inserção citam as TDICs como ferramentas de uso, sem problematizações críticas acerca desse uso, ou mesmo da própria historicidade dessas ferramentas. A análise das TDICs como objeto histórico aparece ainda como um campo a ser explorado no ensino de História.

“Para que estudar o que já passou?”. Essa costuma ser uma pergunta dos e das estudantes e merece uma resposta por parte dos professores e professoras, mas não uma resposta verborrágica que, em muitos casos, recai no discurso vazio. Acreditamos

que essa interpelação merece uma resposta teórico-prática, por meio de experiências didáticas significativas para compreensão do mundo, da vida vivida, para desvelar as estruturas e racionalidades que nos orientam. Apostamos na perspectiva decolonial como possibilidade de resposta teórico-prática que pode oferecer uma leitura significativa do tempo presente, a partir da História. Uma resposta teórico-prática capaz de produzir uma outra interpelação dos e das estudantes, aquela que exclama “*ah, então é isso!*” e confere um especial sentido para a docência.

Referências

ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Ana Carolina da Silva. *A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos de História*: desafios para uma pedagogia decolonial. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ANGATU, Casé; SANTOS, Carlos José Ferreira. Histórias e culturas indígenas, alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual cultura e história indígena estamos mesmo falando. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 179-209, 2015.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARARIPE, Francisco das chagas de Alcântara. *Das Pedras pisadas do cais*: o trabalho de campo na Pequena África como caminho para uma educação patrimonial decolonial. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ARAÚJO, Eliete Ribeiro. *Usos de memes de internet na Aprendizagem Histórica*: uma proposta de educação étnico-racial no Centro de Ensino Fortunato Moreira Neto, em Porto Franco -MA. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

BAPTISTA, Arthur José. *Nossos pais não foram gauleses*: os desafios da formação de professores nos conteúdos da Lei 10.639/2003 no Colégio Pedro II, por meio das ações do NEABI/CPH. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, Paris, v. 3, n.5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf.

Acesso em: 13 mar. 2023.

BENJAMIN, Walter. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44>. Acesso em: 6 dez. 2023.

CASSIANO, Tathiana Cristina da Silva Anizio. *Vai haver outra guerra, a guerra das mulheres*: o protagonismo das mulheres Igbos na escrita literária de Flora Nwapa (Nigéria 1960). 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-23.

CEREZER, Osvaldo Mariotto (org.) *Entre o ensino e a pesquisa: o profhistória como campo de produção para o ensino de história*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2021. p. 6-11,

CRUZ, Adileide Maciel da. *Ensino de História indígena e identidade: quebrando estereótipos através da elaboração de jogos sobre os Iaklãnõ-xokleng*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOROTÉIO, Patrícia Karla S. Santos. Ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: desafios conceituais e metodológicos. *História & Ensino*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 207-228, jul./dez. 2016.

FERNANDES, Julia Maria Fernanda Machado. *O Jornal Quilombo e a representação da identidade afirmativa da mulher negra: uma proposta paradigmática no ensino de história*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GUIMARÃES, Átila Silva Sena. *Canto negro: as músicas do bloco afro Ilê Aiyê para inclusão da História e Cultura africana no Currículo Escolar*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da História na sociedade africana. In: KI-ZERBO, J. (org). *História da África, metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. v. I.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. Disponível em: <https://>

www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads. Acesso em: 5 dez. 2023.

KI-ZERBO, J. (org). *História da África, metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. v. I.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Aílton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LIMA, Regiane Pereira de Melo. *Múltiplos olhares no Ensino da temática Indígena: História e cultura Guarani na educação básica*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LOUREIRO, Carine Bueira; VEIGA-NETO, Alfredo. Viver no mundo conectado: formação para além do “conteudismo produtivista”. *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, p. 1-19, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0079>. Acesso em 20 novembro de 2023.

MAIA, Fábio Diego Quintanilha Magalhães. *Meter-se a besta na feitura: passeando, ensinando e aprendendo história em lugares, memórias e patrimônios outros*. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARINS, Monique Magalhães. *Todo dia é dia de índio*. Que índio? 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra*. História e civilizações. [Salvador]: EDUFBA, 2009. t. 1.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MILITÃO, Beatriz Sogas Moreira. *O ensino de História numa perspectiva antirracista*. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MOTA, Sara Cesar Brito. *Sequência didática para uma educação antirracista e em perspectiva decolonial: conceitos fundamentais, roteiro urbano e fontes literárias*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África*. Gnose, Filosofia e a ordem do conhecimento. Mangual de Luanda: Edições Pedagogo, 2013.

MUKUNA, Kazadiwa wa. *Contribuição Bantu na música popular brasileira: perspectivas etnomusicológicas*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

OPOKU, Kofi Asare. *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1991.

OYĖWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizing the Body: western theories and african subjects. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (ed.). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002. p. 391-415.

PEQUENA Africa. Rio de Janeiro: Riotur, [2023]. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/pequena-africa/. Acesso em 25 out. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antônio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018.

POPÓ, Carli Caxias. *Cosmologia na visão Laklãnõ/Xokleng*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de. *Nossos passos vêm de longe: o ensino de História para a construção de uma Educação Antirracista e Decolonial na Educação Infantil*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

UGLÕ PATTÉ, Ana Roberta. *Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnõ*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VIEIRA, Karla Andrezza. *Vozes, corpos e saberes do maciço: memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do maciço do Morro da Cruz/ Florianópolis*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas*, v. 5, n. 1, p. 6-39, jan./ jul. 2019.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de*

nuestra época. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WORLD BANK, AFRICA REGION, KNOWLEDGE AND LEARNING GROUP. *Indigenous Knowledge: a local pathway to global development*. Washington, D.C.: World Bank, 2004.

ZILIOTTO, Bruno. *Provocações crônicas: a construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Notas

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ibirité. Pesquisadora Produtividade da UEMG – PQ/UEMG.

²Sobre o tema, ver reportagem “Genocídio? Drama humanitário dos yanomami pode reforçar denúncias contra Bolsonaro no TPI”, publicada em 25 jan. 23, em Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genocidio-drama-humanitario-dos-yanomami-pode-reforcar-denuncias-contrabolsonaro-no-tpi/>. Acesso em 26 jan. 23.

³Na literatura sobre o tema encontramos com frequência o uso dos termos decolonial e descolonial como sinônimos. É importante demarcar que não há consenso sobre o uso dos termos ou mesmo sobre os significados. Sabemos, contudo, que nas ciências humanas e sociais o uso de determinados termos/conceitos não é neutro e, de modo geral, remete a campos teóricos específicos. Neste trabalho, optamos pelo uso do termo decolonial em diálogo com Santiago Castro Gómez e Ramón Grosfoguel (2007) e Catherine Walsh (2009). Esses autores abordam o decolonial como oposição a colonialidade, ou seja, em oposição a um sistema de poder que é perpetuado mesmo após a descolonização das antigas administrações coloniais, processos históricos de ruptura com o colonialismo que se deram nos séculos XIX e XX. Sobretudo, utilizamos o termo estudos decoloniais em referência a um campo de pesquisa heterogêneo, que tem em comum a crítica à colonialidade, na medida em que são estudos que evidenciam as estruturas de dominação e exploração iniciadas com o colonialismo, mas que se mantêm em funcionamento por meio de determinados dispositivos de poder.

⁴Coletivo formado em finais do século XX, reúne pesquisadores críticos de diferentes correntes teóricas com estudos e análises convergentes para o debate decolonial.

⁵O banco de dissertações do ProfHistória pode ser consultado no site: <https://profhistoria.com.br/articles>.

⁶O trabalho de Mignolo (2017) adota a palavra “descolonial”, em referência ao campo de estudos decoloniais.

⁷Assim como Walter Mignolo e outros pensadores, Catherine Walsh tem evidenciado como o discurso da interculturalidade tem sido utilizado pelo Estado e pelo mercado, a partir da lógica neoliberal.

⁸A “Pequena África” abrange os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária do

Rio de Janeiro. Sobretudo é um território de arte e cultura afro-brasileira e africana e remete à história de escravização do povo do povo negro, ao tráfico transatlântico de escravizados, à diáspora africana e ao nascimento do samba (PEQUENA [...], [2023]).

⁹A expressão *meme* é usada para descrever um produto gráfico composto por imagem, textos, áudios e/ou vídeos. Esse produto geralmente é relacionado ao humor e é produzido para ser compartilhado no ambiente *online*.

¹⁰Sob o chamado *Black Lives Matter* (vidas negras importam) aconteceu uma grande onda de protestos contra o racismo e a violência policial nos EUA e em outros países. O estopim desse movimento foi o assassinato de George Floyd por um policial branco, em Minnesota, EUA, em 25 de maio de 2020. Floyd, homem negro de 46 anos, morreu asfixiado durante uma abordagem policial criminosa.